

ESCOLAS FECHADAS, FUTUROS COMPROMETIDOS



Nota Técnica 01/2021 - Reabertura das escolas durante a pandemia

A crise sanitária de 2020 escancarou a incapacidade do sistema público de educação de se adaptar com agilidade diante das necessidades concretas enfrentadas pelos estudantes, especialmente da população carente. Se a discrepância de qualidade já é evidente no contraste de ensino público *versus* privado no país, torna-se ainda maior quando comparado o ensino brasileiro com experiências internacionais.

Diante dessa realidade, é importante reforçar que as escolhas de políticas públicas devem se pautar no melhor interesse das crianças e dos adolescentes, não de sindicatos ou grupos de interesse. É evidente, portanto, que as decisões na gestão da política pública educacional devem ser resultado de análises dos especialistas/técnicos aptos e legitimados na esfera do Poder Executivo, não do Poder Judiciário. Por isso, o Livres

- i) repudia interferências judiciais indevidas em decisões de políticas públicas; e
- ii) requer que todos os entes federativos se esforcem para estabelecer o retorno mais rápido possível das aulas presenciais, observando não apenas os protocolos de segurança, como assegurando o direito à escolha das famílias sobre o ensino de seus filhos.

Destinos em cheque

O estudante brasileiro, sobretudo de ensino infantil, nunca foi devidamente priorizado nas políticas públicas educacionais no Brasil. Um retrato evidente desse panorama foi o desenho do FUNDEB aprovado em 2020: constitucionalizado sem margem de destinação direta para os estudantes e com percentual alto destinado exclusivamente ao pagamento de profissionais da educação.

Fala-se muito dos benefícios do conhecimento na vida das pessoas e no desenvolvimento da sociedade, mas as políticas públicas seguem sem foco na melhoria dos índices de aprendizagem dos alunos. Como resultado, o Brasil ocupa há bastante tempo as piores posições nos rankings internacionais de educação.

Com a pandemia do coronavírus, diversos problemas estruturais da educação brasileira foram escancarados, sobretudo na rede pública de ensino: falta de acesso à tecnologia, evasão escolar, alunos dependentes da merenda escolar como principal refeição do dia e nível de aprendizado inadequado.

Ao mesmo tempo, enquanto o mundo tentava transferir o modo presencial para o modelo de ensino à distância, o governo federal enfrentava turbulências à frente do MEC, com troca de ministros no auge da crise sanitária e educacional. Esse cenário resultou na ausência de planejamento estratégico para disponibilização de aulas virtuais ou protocolos de retorno.

A ausência de liderança resultou no pior cenário educacional resultante da pandemia em nível global. De acordo com relatório da Unesco, as escolas brasileiras permaneceram fechadas por 40 semanas, praticamente o dobro do tempo da maioria das escolas ao redor do mundo.¹

Um estudo publicado pelo NBER² que analisa as consequências da paralisação das escolas na desigualdade de aprendizado dos alunos

¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/fechamento-das-escolas-pela-covid-19-durou-no-brasil-dobro-da-media-mundial-24853209>>

² Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w28264>>



concluiu que o ensino remoto afeta principalmente o desenvolvimento das famílias mais pobres, visto que têm menor acesso a tecnologia e maior dificuldade de acompanhamento dos pais ou responsáveis durante as aulas.

Depois que o pico da pandemia diminuiu na Europa, muitos países passaram a encarar a educação como serviço essencial e levar em consideração todas as evidências que mostravam os impactos da paralisação no aprendizado e na saúde mental dos estudantes e familiares, assim como os indicadores de baixa transmissibilidade do vírus pelas crianças.

O nível de transmissibilidade de crianças e adolescentes durante o início da crise sanitária era alvo de dúvidas que levaram naquele momento a posições por políticas de restrição às aulas e convívio social. Porém, à medida que os estudos foram avançando, as evidências disponíveis vêm apontando que as crianças possuem baixo risco de transmissão³.

No Brasil, são quase 5 milhões de crianças e adolescentes sem acesso à internet em casa⁴, dos quais 3 em cada 10 pensavam em largar os estudos depois da pandemia, enquanto metade cogitou desistir do Enem em junho de 2020.⁵ Aliás, o índice de abstenção do Exame Nacional do Ensino Médio em 2021 atingiu 55,3% do total de candidatos esperados, o maior índice da história.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios⁶, divulgada em 2019, 96,5% das casas de classes A e B têm sinal de internet, ao passo que 59% das casas de classes D e E não conseguem navegar na rede. A desigualdade tecnológica entre os alunos durante a pandemia é gigantesca, fator que vai contribuir

³ Disponível em <<https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/fullarticle/2775656>>

⁴ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/brasil-tem-48-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-sem-internet-em-casa>>

⁵ Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,tres-em-cada-dez-jovens-pensam-em-deixar-escola-e-metade-cogita-desistir-de-enem-diz-pesquisa,70003342560>>

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>>

profundamente para alimentar ainda mais a assimetria de aprendizado entre os estudantes brasileiros.

Além disso, entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular. A dificuldade de se assistir aulas virtuais por uma tela de quase 4 polegadas é um verdadeiro desafio. Arelado a isso, não são todos os professores que possuem formação adequada para lecionarem na modalidade virtual. Veja-se o que publicou recentemente o Todos pela Educação⁷:

“O que já se suspeitava a partir de pesquisas sobre os efeitos advindos de longos fechamentos de escolas em função de desastres naturais, cenários de pós-guerra ou pandemias localizadas, tem se confirmado com contundência avassaladora: os efeitos nas crianças e jovens são absolutamente brutais e terão repercussões duradouras. Além de prejuízos graves ao desenvolvimento e à aprendizagem, é preciso considerar os riscos ampliados sob os quais podem estar sujeitos: insegurança alimentar e física, estresse tóxico, trabalho infantil, maior exposição à violência sexual e sérios comprometimentos da saúde mental dos estudantes. Os efeitos são ainda mais brutais entre os mais vulneráveis: pobres, negros, rurais e periféricos, que mais dependem da escola pública.”

O mundo acompanhou as experiências e os principais desafios dos países que reabriram suas escolas, ao mesmo tempo em que a ciência e os especialistas foram mostrando que o retorno era possível, seguro e necessário. Retornar às aulas não é ignorar a pandemia. Existem protocolos de segurança, com rodízio de alunos, distanciamento social e máscara de proteção.

São mais de 320 dias sem aulas presenciais, praticamente um ano letivo de acúmulo e defasagem. O aumento da expectativa de evasão e redução das habilidades socioemocionais são preocupantes. Mesmo diante

⁷ Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/para-viabilizar-a-reabertura-de-escolas-e-preciso-reordenar-prioridades-politicas-investir-recursos-e-muita-energia/>>

das evidências de que o retorno às aulas era necessário e seguro, o ensino infantil não foi objeto de priorização dos movimentos de reabertura no Brasil. Tal cenário levou diversas organizações educacionais da sociedade civil e profissionais da saúde a iniciar movimentos de cobrança para que houvesse o primeiro passo para a reabertura, como em São Paulo o movimento de mães “Escolas abertas”.

Alguém precisa priorizar os alunos

O governo do Estado de São Paulo, no final do ano de 2020, definiu as escolas como serviços essenciais. Isso representou a sinalização de que as atividades de ensino permaneceriam abertas mesmo em cidades que apresentassem piora nos índices de avanço da pandemia, ou progredissem para outras etapas de restrições do plano de contenção da pandemia no estado.

Em janeiro de 2021, próximo ao fim do período de férias escolares, foi publicado o decreto que autorizava a gradual abertura das escolas com presença obrigatória dos professores fora do grupo de risco, embora optativa aos alunos. Em resposta, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) judicializou a decisão do Poder Executivo e conseguiu, liminarmente, a suspensão do retorno das aulas presenciais em todas as escolas públicas e privadas do estado.

A maioria das escolas privadas já está pronta para retorno das aulas e com protocolos sanitários elaborados. Famílias e estudantes anseiam pela retomada: uma enquete realizada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo indica que 65% dos responsáveis por alunos querem a volta das aulas presenciais. Em janeiro de 2021, familiares de cerca de 140 mil estudantes responderam ao questionamento. Dentre os participantes, 96 mil informaram que querem a volta das aulas presenciais, e outros 49 mil se manifestaram contrários.⁸

⁸ <Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/01/65-dos-pais-de-alunos-da-rede-municipal-querem-volta-das-aulas-presenciais-em-sp.shtml>>

Os professores da Apeoesp alegaram que há muita exposição no exercício da profissão e só poderão voltar a dar aulas quando estiverem vacinados. É preciso sinalizar que esse tipo de exigência não condiz com a escassez no acesso à vacina em nível mundial, além de ser um pedido moralmente questionável. Motoristas de ônibus, cobradores, caixa de supermercado, entregadores de aplicativo e diversos outros trabalhadores que não pararam de trabalhar sequer um dia durante a pandemia diante de todo o risco também terão de entrar no plano de vacinação.

Além disso, conforme já mencionado no tópico anterior, crianças de até 10 anos são menos suscetíveis à contaminação e transmitem o vírus em proporções mais baixas. Portanto, até mesmo o estabelecimento dos grupos prioritários deve levar em consideração a escassez da vacina, o risco de transmissibilidade e o risco de letalidade. Os competentes por essa decisão, necessariamente, são os pesquisadores e estudiosos do tema da saúde.

Acertadamente, a liminar de suspensão das aulas foi revertida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O Poder Judiciário precisa ter cautela ao decidir, sobretudo liminarmente, questões relativas a políticas públicas. O resultado de decisões atrapalhadas, dada a inaptidão técnica, ilegitimidade política e incompetência jurídica⁹, pode aprofundar ainda mais a desigualdade no acesso à educação e outras distorções associadas. A título exemplificativo, em virtude da sobrecarga doméstica causada pela pandemia, seja para cuidar da casa em si, ou de crianças e idosos, a participação feminina no mercado de trabalho ficou em 46,3% no segundo trimestre de 2020. Desde 1991 o número não ficava abaixo de 50%.¹⁰

Direito de escolha das famílias

A construção de um país livre requer precipuamente a capacidade de escolha de qual educação as famílias podem oferecer aos seus filhos. O

⁹ Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2013-out-19/observatorio-constitucional-judiciario-intensifica-privilegios-acesso-saude>>

¹⁰ Disponível em <<https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,com-pandemia-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos,1130056>>

papel do Estado deve, portanto, ser o de financiar as possíveis escolhas das famílias. Dada a diversidade em nível cultural e regional que existe no país, as famílias devem ser soberanas nas escolhas dos modelos educacionais que pretendem oferecer a seus filhos.

A pandemia escancarou como o monopólio educacional de oferta, sobretudo para a população pobre, é falho e prejudicial ao aprendizado. Desde antes da crise sanitária, o Brasil já apresentava dados catastróficos. De acordo com o relatório Education at a Glance 2019, dentre 36 países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil gastou em 2016 4,2% do PIB no Ensino Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio. O gasto brasileiro está acima da média da OCDE, que é de 3,2% do PIB. Porém, quando comparamos resultados em exames internacionais como o Pisa, o Brasil aparece entre os piores colocados¹¹.

Diante de um sistema evidentemente problemático, a despeito de bem instruído de recursos, deve ser garantido o Direito de Escolha das Famílias. Isso quer dizer não apenas escolher qual escola matricular as crianças e adolescentes, como também qual sistema é o mais adequado. Para que isso seja efetivado, no entanto, deve o Estado admitir sua incapacidade de gestão e permitir de maneira permanente:

1. ensino domiciliar - homeschooling;
2. aulas remotas;
3. volta de aulas presenciais para as famílias que se sentirem confortáveis com a decisão;
4. buscar mecanismos para financiar diretamente os alunos matriculados na rede pública em escolas privadas adaptadas aos protocolos de segurança, caso a rede pública se mantenha fechada de forma indeterminada.

¹¹ Disponível em <<https://exame.com/brasil/brasil-gasta-por-alunos-menos-da-metade-do-que-paises-da-ocde/>>

Exemplo desta última medida é o que tem acontecido nos Estados Unidos da América, onde, em diversos Estados com dificuldades para a reabertura das escolas (seja por questão de infraestrutura, seja por receio dos professores do retorno às aulas), estão se apresentando e estudando propostas para financiar diretamente os estudantes no lugar dos sistemas educacionais em vigor¹². Deve o Brasil, portanto, também estender às famílias brasileiras, a possibilidade de escolha.

¹² Corey DeAngelis, diretor de políticas públicas educacionais da Reason Magazine, tem acompanhado todas as movimentações legislativas que estão acontecendo nos Estados Unidos da América. Em suas últimas análises ele cita os seguintes Estados que estão estudando mecanismos para financiar diretamente os estudantes ao invés dos sistemas educacionais: Kentucky, Iowa, North Dakota, Oklahoma, Utah e New Hampshire.

Recomendações

As escolas devem ser as últimas a fechar e as primeiras a reabrir. Escolhas prioritárias e análises de políticas públicas realizadas pelo Poder Executivo devem ser respeitadas pelo Poder Judiciário. Todas as escolas no Brasil tiveram tempo que deveria ter sido suficiente para se adaptar aos desafios impostos pela pandemia do coronavírus.

Os maiores prejudicados certamente são o grupo de famílias que, sem opção de trabalho remoto, não têm onde deixar seus filhos em horário de trabalho. Para essas famílias, é preciso que seja garantida a opção de escolher.

Por isso, o Livres indica que os governos em todos os níveis federativos delimitem as diretrizes de abertura para que as entidades estudantis se adaptem e as famílias escolham qual modelo é o mais adequado para as suas próprias realidades.

Pela Liberdade,

Izabela Patriota
Diretora de Políticas
Públicas do Livres

Naira Sathiyo
Coordenadora
setorial de educação
do Livres

Vitor Beux
Advogado - membro
da setorial de
educação

